Palácio Dona Chica: entre a retrospetiva da sua memória e uma perspetiva futura

Dona Chica Palace: between the retrospective of your memory and a forward-looking perspective

Cristiana Silva
Mestre em Património Cultural pela Universidade do Minho
cristianafilipa-99@hotmail.com
ORCID: 0009-0009-8273-0050

Bracara Augusta, 133 (2025), 219–242 | ISSN 0006-8640
DOI: 10.82564/revistabracaraaugusta.v73i133.38

Resumo // O presente estudo apresenta uma reflexão sobre o Palácio Dona Chica, um edifício com características apalaçadas localizado na freguesia de Palmeira, cuja construção remonta ao início do século XX, mais especificamente a 1915. Com um estilo arquitetónico revivalista e historicista, o Palácio Dona Chica destaca-se como um exemplo singular de uma tipologia que, em última instância, não prevaleceu em Portugal. A presente investigação tem como objetivo analisar a informação relativa à obra do arquiteto Ernesto Korrodi, estabelecendo uma cronologia das diferentes fases pelas quais o edifício passou, tanto a nível arquitetónico, quer no plano social. Adotamos uma metodologia qualitativa, partindo de uma leitura macro do movimento social, cultural e arquitetónico em que se insere o edifício para uma análise micro das várias fases históricas e utilitárias do Palácio, que se apoiou na recolha de fontes documentais, orais e visuais.

Palavras-Chave:
historicismo, palácio Dona Chica, património arquitetónico, revivalismo, Sollar do Rêgo.

Abstract // This study seeks to develop a reflection on the Palácio da Dona Chica, a palatial-style residence located in the parish of Palmeira, dating from the early 20th century, specifically the year 1915. Featuring a revivalist and historicist architectural style, the Dona Chica Palace stands as a unique example of a mode of architecture that did not become widespread in Portugal. The present research aims to examine the available information on the work of the architect Ernesto Korrodi, tracing the various phases of the building's architectural and social transformations of the time. A qualitative methodology was adopted, beginning with a macro-level reading of the social, cultural and architectural context in which the building is situated, followed by a micro-level analysis of the various historical and functional phases of the Palace, based on the collection of documentary, oral, and visual sources.

Keywords:
architectural heritage, Dona Chica palace, historicism, revivalism, Sollar do Rêgo.

Introdução

O estudo que apresentamos tem por objetivo retirar e aprofundar o conhecimento existente sobre o Sollar do Rêgo, popularmente conhecido como Palácio Dona Chica ou Castelo de Palmeira, um edificado que data do ano de 1915. A investigação sobre Sollar do Rêgo/Palácio Dona Chica expressa a vontade de resgatar e reconstituir uma narrativa histórica, valorizando um património arquitetónico muito rico e singular, destacando o seu lugar no contexto da cultura arquitetónica portuguesa. Neste sentido, pretendemos estudar e caracterizar a génese e a evolução histórica, funcional e arquitetónica do Palácio Dona Chica. O principal objetivo passa por repensar a importância que é dada ao património cultural edificado, elaborando uma contextualização histórica e arquitetónica do imóvel que o valorize enquanto bem patrimonial, traçando-lhe uma biografia da sua extensão temporal e usos que lhe foram atribuídos.

Empregou-se uma metodologia qualitativa que privilegiou a pesquisa documental e de campo. Para a realização da pesquisa documental, procedeu-se a um levantamento bibliográfico e ao estudo de documentos, arquivos e publicações periódicas, nomeadamente o *Diário do Minho* (ano de 1935), O *Correio do Minho* (ano de 1984), o *Comércio do Porto* (1996), e o *Público* (ano de 1993), além das fontes complementares disponíveis nas plataformas online e repositórios digitais.

Do ponto de vista bibliográfico, a análise centrou-se nos principais estudos dedicados à figura e obra de Ernesto Korrodi, com especial relevo para Lucília Verdelho, com a obra *Ernesto Korrodi, 1889–1944, Arquitetura, ensino e restauro do Património*; Maria Genoveva Oliveira (2009), *Ernesto Korrodi, percurso de vida e a sua presença da cidade da Covilhã*; Teixeira (2018), *Arquiteto Ernesto Korrodi, Vi(n)da e Obra*, dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Fernando Pessoa; e o artigo de Iván More Pazos, *El Palácio de Dona Chica de Ernesto Korrodi: Majestuosa Ruina Cultural*.

Desde logo, investigou-se de forma exaustiva a evolução histórica e arquitetónica do Palácio Dona Chica, tendo-se recorrido a diferentes entidades como o Arquivo Distrital de Braga, o Arquivo Urbanístico da Câmara Municipal de Braga, o Arquivo Distrital de Leiria, os Sistemas de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA), o Arquivo Distrital de Ponte de Lima e a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC).

1. Como se materializa um sonho? Emigração, enriquecimento e retorno — Os brasileiros torna-viagem e o seu impacto na cultura nacional e local

A freguesia de Palmeira localiza-se a quatro quilómetros a norte da cidade de Braga, nas margens do rio Cávado, sendo atravessada por duas grandes estradas nacionais — Braga–Monção e Braga–Ponte de Lima — e marcada pela existência de duas importantes pontes: a Ponte de Prado e a Ponte do Bico (Correia, 1977, p.12). O Palácio Dona Chica, por sua vez, encontra-se no lugar do Assento, nas proximidades da estrada Nacional 101. O imóvel dispõe de uma área total de 32.472 m², dos quais 572 m² correspondem a área coberta e 31.900 m² a área descoberta[1]. Atualmente, o palácio está classificado como Monumento de Interesse Público e encontra-se delimitado por uma Zona Especial de Proteção (ZEP), através da portaria nº. 120/2013, 2ª Série, nº 48, de 8 de março de 2013[2].

Embora os brasileiros torna-viagem não assumam um papel de relevo ao longo deste artigo, a menção aos mesmos é particularmente relevante, uma vez que a fortuna dos pais dos primeiros proprietários foi construída graças à emigração para o Brasil. Este enquadramento familiar permite compreender de forma mais abrangente as suas origens e o seu percurso. A figura e o papel dos «brasileiros» foram particularmente relevantes na segunda metade do século XIX, manifestando-se tanto a nível social, como nas representações literárias. Na segunda metade de 1800, a *geração romântica* desempenhou um papel crucial na construção dessa imagem, destacando-se nomes como Camilo Castelo Branco, com as obras *Poesia ou Dinheiro* (1855) e *Os Brilhantes do Brasileiro* (1869), Alexandre Herculano, com as suas cartas sobre Emigração, publicadas entre os anos de 1873 e 1875, nas peças teatrais de Almeida Garrett, como é o caso de *Ódio de Raça* (1854), *O Cedro Vermelho* (1856) e *Aleijões Sociais* (1870), em Júlio Dinis, com a obra *A Morgadinha dos Canaviais* (1868), em *As Farpas* de Ramalho Ortigão e Eça de Queirós (1871–1882), Fialho de Almeida, com o conto *O Tio da América* (1881), a compilação de contos *Lisboa Galante* (1890), a publicação periódica *Os Gatos* (1889–1894), e Eça de Queirós, com *A Ilustre Casa Ramires* (1900), onde estes são representados como sendo «depósitos de risos» (Matozzi, 2016, pp. 24–40).

Neste sentido, o «brasileiro» passou a incorporar o vocabulário português, representando não apenas as pessoas nascidas no Brasil, mas também aqueles que emigraram para o Brasil e aí fizeram a sua fortuna (Tavares, 2015, p. 9). Ao longo do século XIX e no início do século XX é possível distinguir dois perfis de emigrantes. Por um lado, existem aqueles que se inserem no mundo comercial e na complexa malha urbana brasileira. Por outro, aqueles que se estabeleceram no interior do Brasil, na

[1] 2ª Conservatória do Registo Predial de Braga (doravante 2.ª CRP), Descrições, Averbamentos, Anotações.

[2] *Diário da República*, 2.ª série, n.º 48, 8 de março de 2013, p. 8684.

sua vasta extensão rural e agrícola, e que eram vistos como substitutos da antiga mão de obra escrava. Os emigrantes partiam, maioritariamente, das regiões da Beira Litoral e do Entre Douro e Minho, com especial destaque para os distritos do Porto, Braga e Aveiro, onde se verificou uma significativa mobilização de recursos humanos (Santos, 2000, pp. 19–20).

No início da segunda metade do século XIX, era já expressivo o número de portugueses que haviam enriquecido na zona da Baía, dedicando-se, predominantemente, a atividades comerciais (Santos, 2000, pp. 19–20). Todavia, estes expandiram os seus interesses às atividades industriais e portuárias (estiva), à produção cafeeira, extração de borracha (na região norte), aos transportes e à distribuição, banca, seguros, restauração, construção civil e ao comércio a retalho. Este fenómeno prolongou-se até às primeiras décadas do século XX e é visível até aos nossos dias através dos investimentos realizados na edificação de palacetes, tanto em contexto rural como urbano (Santos, 2000, pp. 19–20). Na fase inicial da vaga de retorno destes emigrantes ricos, na segunda metade de Oitocentos, as edificações concebidas por estes seguiam as práticas construtivas das localidades em que eram inseridas. No entanto, passou a ser frequente dotá-las de elementos especiais e distintos da matriz arquitetónica local, como é o caso das largas varandas nos andares superiores, das platibandas dos balaústres com escultura cerâmica nos remates, os revestimentos em azulejo, os telhados coloridos e outros artifícios de diferenciação arquitetónica e social. Com efeito, nestes edifícios predominava uma atitude de afirmação social, acompanhada pelo recurso a elementos neoclássicos, onde se destacavam os frontões e algumas esculturas de baixo-relevo (Santos, 2000, p. 11).

Os brasileiros torna-viagem distinguiam-se por serem emigrantes bem-sucedidos que procuravam manifestar, na arquitetura das suas residências ajardinadas, o orgulho de pertencerem a um grupo de empreendedores que obtiveram sucesso em territórios além-mar, num continente e numa realidade totalmente diferentes (Pereira, 2000, p. 214). As habitações dos emigrantes passaram a constituir verdadeiras marcas territoriais, frequentemente inspiradas em modelos vistos no estrangeiro. Conforme refere Isabel Raposo (2013, p. 181), «a casa dos emigrantes constitui para os seus proprietários a materialização de um sonho, a afirmação da sua ascensão e, ao mesmo tempo, uma forma de poupança e investimento». Estes edifícios funcionam simultaneamente como elementos de diferenciação social e indicadores de riqueza, correspondendo a lugares de memória e de demonstração simbólica de sucesso, representando ao mesmo tempo a chegada e o regresso (Raposo, 2013, p. 179).

2. O Palácio Dona Chica: seus primeiros proprietários, arquiteto e características arquitetónicas

2.1. Apontamentos biográficos sobre um casal de brasileiros torna-viagem

Para contextualizar esta narrativa, é fundamental conhecer — ainda que sinteticamente — os proprietários que estiveram na origem da construção do imóvel, João José Ferreira Rêgo e Francisca Peixoto de Sousa Rêgo, bem como o arquiteto responsável pelo projeto e pela execução da obra. João José Ferreira Rêgo, natural da freguesia de Palmeira, nasceu a 7 de maio de 1893, filho de Manuel Joaquim Peixoto do Rêgo e de Maria da Conceição Ferreira do Rêgo, tendo como irmãs Alcina da Conceição Ferreira Rêgo e Isilda da Conceição Ferreira Rêgo. Francisca Peixoto Ferreira de Sousa, por sua vez, nasceu a 20 de agosto 1893, no Estado de São Paulo, Brasil. Era filha de Francisco Peixoto Ferreira de Sousa[3] e Antónia Soares Peixoto, esta última uma brasileira descendente de escravos. O seu pai era proprietário de uma companhia importadora de ferragens, a Peixoto & Estella (Silva, 2023, pp. 74–75).

Após a morte de seu pai, Francisca Peixoto de Sousa contrai matrimónio com o seu primo, João José Ferreira Rêgo, numa união oficializada em 15 de março de 1913, na cidade de São Paulo. Ainda no mesmo ano, o casal regressa a Portugal e instala-se na Casa da Quintanilha, situada na rua do Carregal, na freguesia de Palmeira (Silva, 2023, p. 76).

Em 1921, João José Ferreira Rêgo e Francisca Peixoto de Sousa Rêgo divorciam-se. A ação foi movida por Dona Francisca, que alegou abandono do lar, por parte do marido, afirmando que ele «abandonou completamente o domicílio conjugal há muito mais de três, e até de quatro anos, não mais se importando com a sua esposa»[4]. Fontes orais, recolhidas através de entrevistas, sugerem que D. Francisca mantinha uma relação extraconjugal com Henrique Teixeira (Silva, 2023, pp. 208–213). Naquele período, João José Ferreira Rêgo residia no Hotel Aliança e encontrava-se fisicamente debilitado, tendo declarado não conseguir assinar a petição referente ao divórcio litigioso[5].

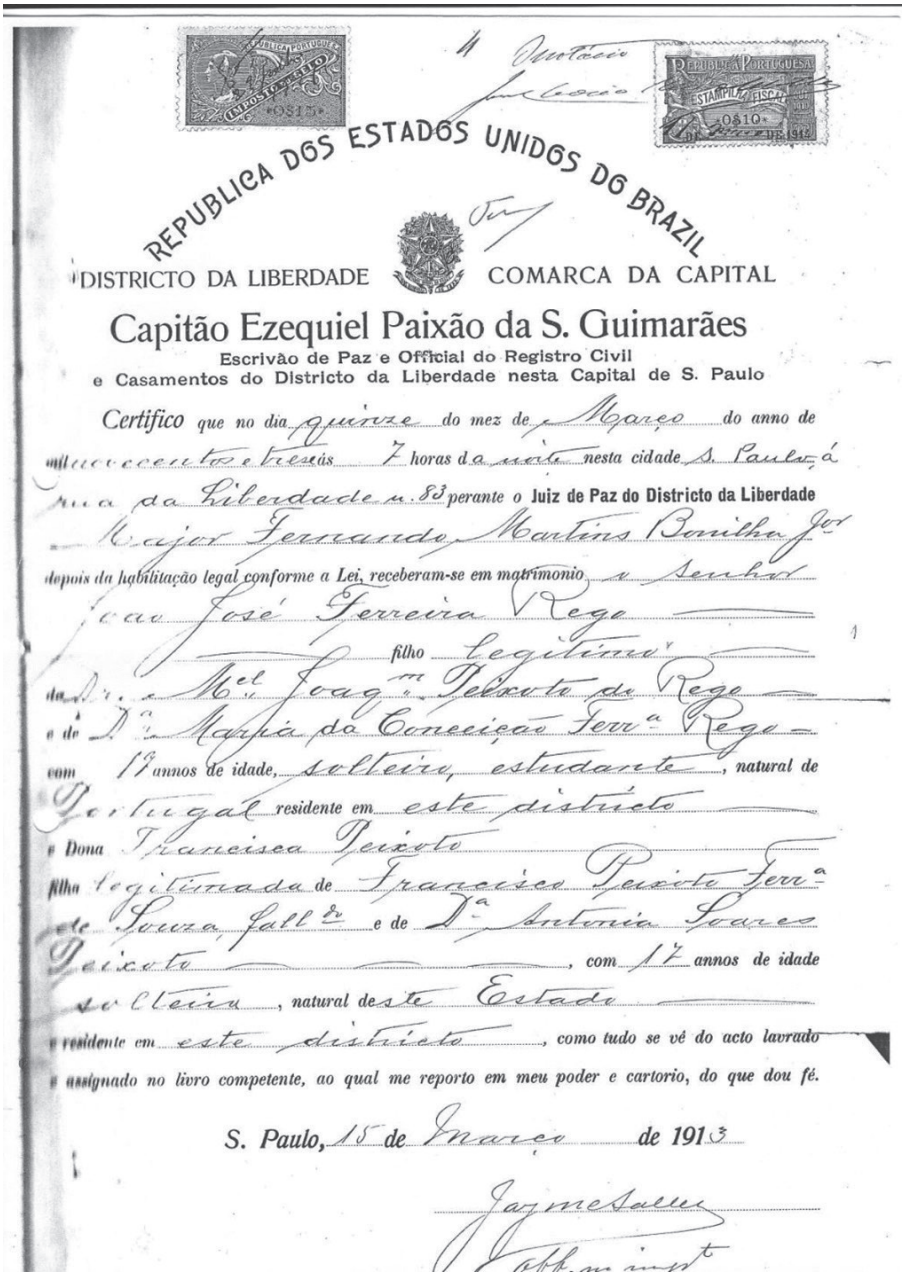
De acordo com a revista da Ordem de Advogados de 1941, Francisca Peixoto de Sousa casou-se novamente, em 10 de outubro de 1922, na cidade do Porto, com Henrique Ventura Teixeira. Desse casamento nasceu um filho, Manuel Peixoto Ventura. Segundo fontes locais, D. Chica foi viver com Henrique Teixeira para Merelim

[3] Francisco Peixoto de Sousa Rêgo era natural da cidade de Braga, mais concretamente da Vila de Prado, e havia emigrado para o Brasil, onde construiu a sua fortuna.

[4] Tribunal Judicial da Comarca do Porto (doravante TJCP), 1.ª Vara Cível, Processo de divórcio, 1922, Maço 388.

[5] *Idem*, 1.ª Vara Cível, Processo de divórcio, 1922, Maço 388.

Figura 1. Certificado de Casamento entre João José Ferreira Rêgo e Francisca Peixoto Ferreira Rêgo, República dos Estados Unidos do Brasil



REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

DISTRICTO DA LIBERDADE — COMARCA DA CAPITAL

Capitão Ezequiel Paixão da S. Guimarães

Escrivão de Paz e Official do Registro Civil
e Casamentos do Districto da Liberdade nesta Capital de S. Paulo

Certifico que no dia quinze do mez de Março do anno de mil novecentos e treze ás 7 horas da noite nesta cidade S. Paulo, á rua da Liberdade n. 83 perante o Juiz de Paz do Districto da Liberdade Major Fernando Martins Bonilha Jor depois da habilitação legal conforme a Lei, receberam-se em matrimonio o Senhor João José Ferreira Rego filho legitimo do Dr. e Mel. Joaq.m Peixoto de Rego e de D.a Maria da Conceição Ferr.a Rego com 19 annos de idade, solteiro, estudante, natural de Portugal residente em este districto e Dona Francisca Peixoto filha legitimada de Francisco Peixoto Ferr.a de Souza fall.do e de D.a Antonia Soares Peixoto, com 17 annos de idade solteira, natural deste Estado residente em este districto, como tudo se vê do acto lavrado e assignado no livro competente, ao qual me reporto em meu poder e cartorio, do que dou fé.

S. Paulo, 15 de Março de 1913

Fonte: Arquivo Distrital de Braga.

(S. Paio). Após o pedido de divórcio, Francisca Peixoto de Sousa viajou para França com o seu filho. Foi nesse período que conheceu Atílio Giordani, seu último marido, vivendo juntos no Brasil, na cidade de Santos[6].

Com o fim do matrimónio, João José Ferreira Rêgo suspendeu as obras na propriedade. O palácio foi vendido no ano de 1934, por meio de uma procuração, pelo seu cunhado, Adolfo Ribeiro Lima da Costa[7]. Naquela época, João José Ferreira Rêgo já se encontrava num estado de saúde delicado, vindo a falecer precocemente em 15 de fevereiro de 1935, aos 42 anos de idade.

2.2. Ernesto Korrodi, um arquiteto visionário

Ernesto Korrodi, arquiteto responsável pela conceção do Palácio Dona Chica, possuía origem suíça, tendo nascido na cidade de Zurique, a 30 de janeiro de 1870. Filho de João Henrique Korrodi e Anna Muller, Korrodi ingressou na escola de artes aos quinze anos, onde se formou como professor de desenho (Viterbo, 1904, p. 46). Em 1889, Korrodi chegou a Portugal para lecionar desenho na Escola Industrial de Braga, onde permaneceu até ao ano de 1894. Posteriormente, foi transferido para a Escola Domingos Sequeira, em Leiria, cidade onde fixou residência e constituiu família. Korrodi destacou-se como um entusiasta do património e da arqueologia, áreas que influenciaram significativamente os seus trabalhos (Costa, 1997, p. 117).

Com um legado de mais de 300 obras, o trabalho de Korrodi caracterizou-se pelo estilo eclético, arquitetura etnográfica, e exaltação de estilos medievais, neomanuelinos, orientais e renascentistas, em diálogo com o movimento de *Arts and Crafts* (Pazos, 2023, p. 88). Entre os seus projetos mais notáveis, destacam-se o Paço do Concelho de Leiria (1902), a Companhia Leiriense de Moagem (1920), a filial do Banco de Portugal em Leiria (1923), o Jardim-Escola João de Deus em Leiria (1933) e o Parque Desportivo e de Recreio na margem direita do Rio Lis (1930). A sua aproximação à arte nova é evidente em projetos como a Villa Hortência, em Leiria, a Casa de Egas Moniz, em Avanca, e na Casa da Família Bouhon, na Covilhã (1915–1920)[8]. Em 1910, Korrodi foi galardoado com o Prémio Valmor pela habitação de António Macieira, localizada na Avenida Fontes Pereira de Melo, em Lisboa (Costa, 1997, p. 137).

Ernesto Korrodi era considerado um arquiteto visionário devido à sua capacidade de reinterpretar de forma criativa o passado, adaptando-o à época. Korrodi não se

[6] Ordem dos Advogados. (1941). B) Brasileira. *Revista da Ordem dos Advogados*, 2(4), Capítulo 36. https://historia.oa.pt/wp-content/uploads/2021/10/1941–Vol.-II-Ano-1-No-4-Capitulo-36.pdf

[7] Arquivo Distrital de Braga (doravante ADB), Notarial de Braga, Telles Menezes. Livro n.º 142 A, fl. 18.

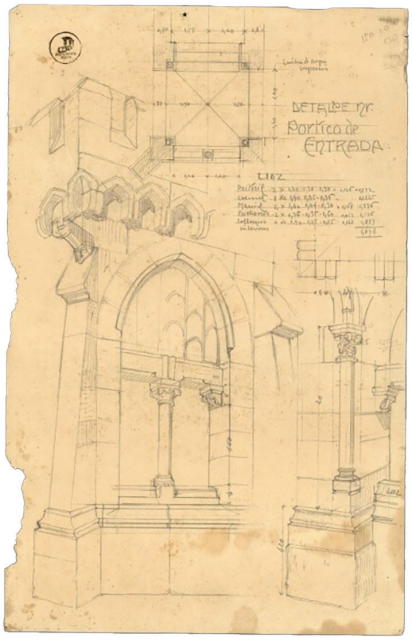
[8] A casa da Família Bouhon demonstra a notável flexibilidade de Korrodi numa linha eclética, com uma forte base neorromântica, neoclássica e renascentista, complementada com decorações em arte nova presentes nos vãos, cimalhas, mas também nas cantarias, nos painéis em azulejos, de cor pastel, não se limitando a replicar um estilo arquitetónico, mas abrindo os seus horizontes para uma estética única (Oliveira, 2009, p. 29).

apoiava num único estilo arquitetónico. Pelo contrário, através do ecletismo, criava edifícios com identidade própria, enquanto integrava a modernidade da arte nova, utilizando materiais como o ferro.

2.3. O Palácio Dona Chica: descrição da fachada e elementos decorativos

O início da construção do Palácio da Dona Chica deu-se no ano de 1915, pelo arquiteto Ernesto Korrodi. A obra apresenta uma arquitetura eclética e historicista inspirada na Idade Média. No que concerne à sua gramática decorativa externa, o edifício possui uma fachada principal voltada para o jardim, marcada pelas amplas superfícies envidraçadas, tais como janelas, portadas e *bow-window*. Do ponto de vista arquitetónico, o imóvel possui elementos de base gótica e tardo-gótica presentes na torre ameada, nos vãos redondos, nos arcos de ogiva e no acentuado jogo de volumes. Numa tentativa de integrar elementos de arte nova no seu projeto, Ernesto Korrodi adicionou uma faixa de azulejos, varandas dispostas em ângulos e corpos salientes, quase cilíndricos. Entre os elementos de influência classicista, destacam-se capitéis, mísulas, janelas serlianas e de almofadado, cartelas e cartuchos. No início do telhado, surgem um frontão e uma *bow-window* com motivos ornamentais colhidos do gótico flamejante, ao passo que no rés-do-chão presencia-se um arco, cujo estilo remete à arte nova (Costa, 1997, pp. 237–242).

Figura 2. Detalhes do Pórtico da Entrada



Fonte: Arquivo Distrital de Leiria.

Na sacada, para além da *bow-window*, observa-se um amplo janelão envidraçado e um corpo hexagonal com um friso de pequenas arcadas semelhantes às do frontão. O frontão que cobre o início do telhado encontra-se sobre uma faixa horizontal decorativa de pequenas arcaduras que se alinham com a arte românica. Na fachada lateral, localizada no lado oposto ao da entrada, é possível observar uma torre cilíndrica rasgada por janelas. As fachadas pequenas são quebradas por um grande janelão tripartido. Na entrada, é possível encontrar um pórtico saliente, entre contraforte, com os tímpanos dos arcos quebrados de franjas lobulosas no intradorso, apresentando uma ornamentação do gótico flamejante. As ja-

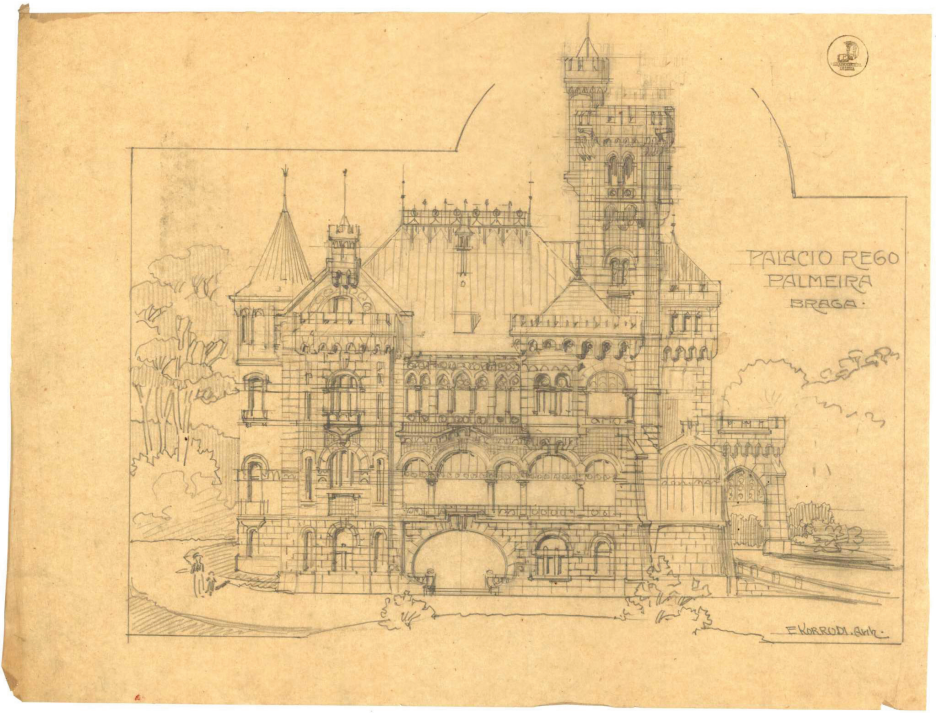
nelas apresentam um movimento ascensional de torre, sendo o último piso rasgado por galerias de arcos geminados e abóbadas de ogiva, orientadas sobre a fachada de acesso ao jardim (Costa, 1997, pp. 242–243).

Na zona central do segundo pavimento na fachada nobre, o edifício é rematado por cornijas, modilhões, arcaturas e ameias. Os alicerces, a fachada do jardim e a fachada da entrada são construídos por alvenaria, o que confere ao palácio uma aparência irregular. Nos jardins, deparamo-nos com a existência de um lago e de uma gruta artificial.

Do ponto de vista da gramática decorativa interna, os projetos iniciais do Palácio Dona Chica apresentam uma organização tripartida em três níveis distintos: rés-do-chão, andar nobre e segundo andar.

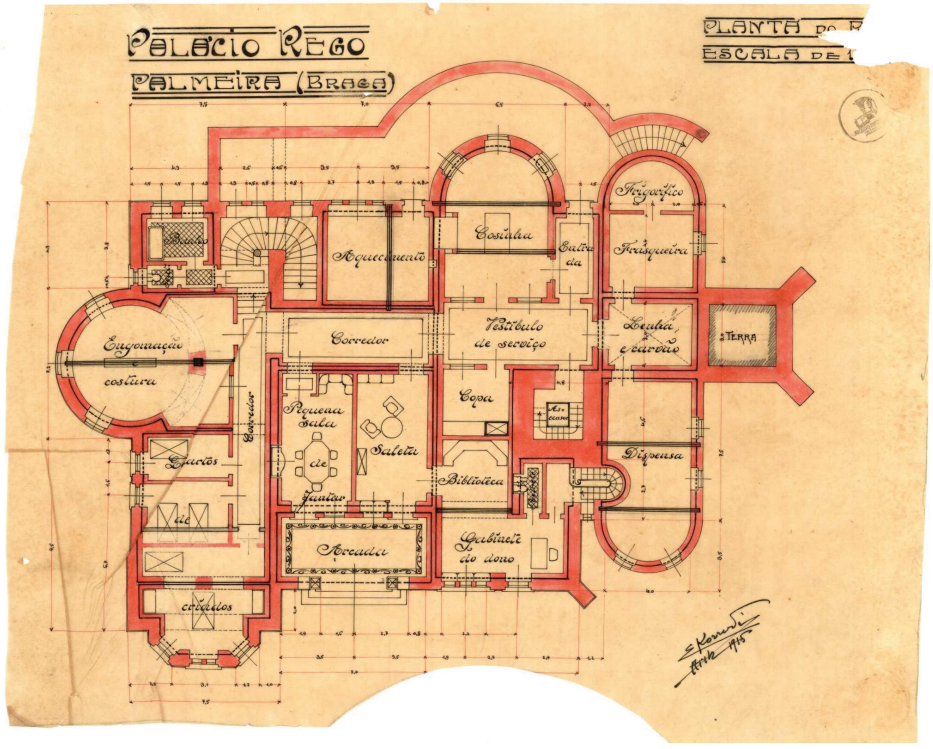
Organizado com base nas funções de apoio e logística da casa senhorial, o rés-do-chão era maioritariamente dedicado aos serviços domésticos, refletindo a organização social e funcional da época. Neste piso, destacam-se os serviços de cozinha e copa, um espaço destinado à preparação de refeições e ao apoio ao serviço de mesa, bem como uma zona de arrumos, dedicada ao armazenamento de utensílios

Figura 3. Anteprojeto Palácio Dona Chica



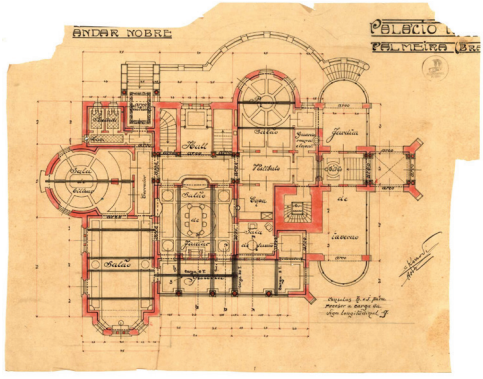
Fonte: Arquivo Distrital de Leiria.

Figura 4. Planta do Rés-do-Chão



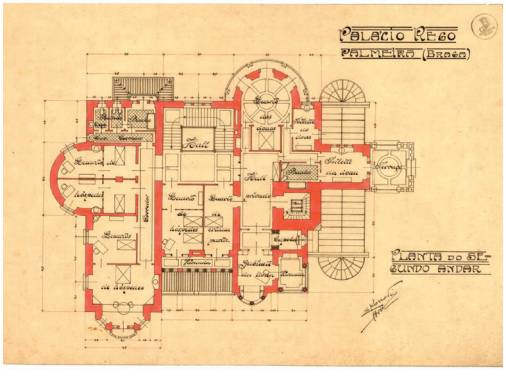
Fonte: Arquivo Distrital de Leiria.

Figura 5. Planta do Andar Nobre



Fonte: Arquivo Distrital de Leiria.

Figura 6. Planta do Segundo Andar



Fonte: Arquivo Distrital de Leiria.

domésticos e de outros bens, quarto de criados, pequena sala de jantar, uma área de refeições informal, possivelmente para uso de criados, uma copa e um vestíbulo de serviço. Incluíam-se ainda compartimentos para engomar e costurar, o gabinete do dono, uma despensa e uma casa de banho.

O andar nobre correspondia ao coração da vida social do palácio, destinado à receção de convidados e à realização de eventos. Segundo a ideia de Korrodi, após passarem pelo jardim de inverno e o átrio, os visitantes entrariam num vestíbulo. Para além desta divisão, verifica-se a existência de um pequeno salão (lado direito), um espaço de estar mais íntimo; uma copa localizada no lado esquerdo, destinada ao apoio aos serviços de bebidas e petiscos; sala de bilhar, um espaço de lazer masculino; salão de jantar, um espaço para a realização de refeições formais; copa de apoio à sala de jantar; sala de fumo, espaço de convívio comum na época; casa de banho; e hall de entrada.

O segundo andar era reservado às acomodações privadas da família e dos hóspedes, sendo constituído por três quartos de hóspedes, um quarto de criada particular, dois vestíbulos de entrada, um deles de utilização exclusiva dos donos, o quarto dos proprietários, o gabinete da dona, uma capela, dois sanitários destinados aos donos, uma sala de banho e um terraço. A distribuição dos espaços reflete a clara separação entre as áreas de serviço, sociais e privadas, característica das residências senhoriais da época.

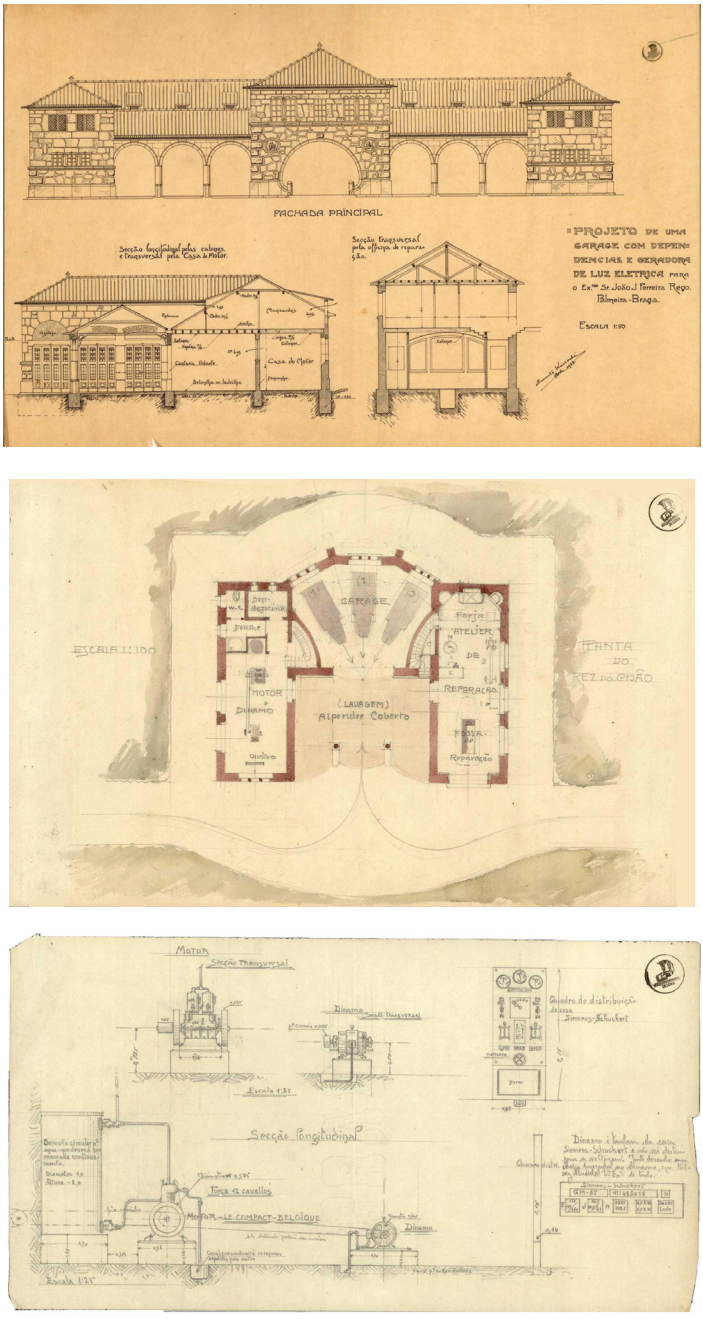
Através da documentação consultada no Arquivo Distrital de Leiria foi possível constatar a existência de um projeto para a conceção de uma garagem com dependências e gerador de eletricidade (Silva, 2023, pp. 94–100). A análise dos processos de projeto de arquitetura revela a existência de três fachadas: a fachada posterior (lado sul), a fachada lateral (lado poente) e a fachada principal[9]. Complementarmente às fachadas externas, é ainda possível consultar as plantas do interior das dependências. A planta do rés-do-chão demonstra a existência de um depósito de acumuladores, doze cabines, dois alpendres cobertos, um dínamo, um motor, um depósito de água, um quadro, um atelier de reparação, uma fossa de reparação, uma forja, uma escada para o sótão, uma instalação sanitária, um depósito de gasolina, cavalariças, um moinho e um depósito de cereais. O projeto da fachada lateral (lado nascente) e da garagem, juntamente com o gerador de eletricidade, demonstra a existência de três pisos.

No subsolo, estavam instalados um depósito de gasolina e uma fossa. No segundo piso do edifício anexo, estavam projetados quatro quartos, uma sala de jantar e uma passagem.

As obras foram interrompidas quatro anos após o início da construção, em virtude da dissolução matrimonial dos proprietários, restando apenas as estruturas fundamentais. Em 1919, João Rêgo abandonou o projeto, passando a residir na Quinta

[9] O projeto contempla uma secção transversal da oficina de reparação, a secção longitudinal das cabines e a secção transversal da casa do motor.

Figura 7. Casa das Máquinas e Garagem



Fonte: Arquivo Distrital de Leiria.

da Mata, na freguesia de Semelhe. Nesse período eram poucos os elementos externos e internos concluídos, e que chegaram até aos nossos dias, destacando-se o catavento com a datação do ano de 1917, o frontão da lareira do hall, que apresenta características góticas, e a fachada principal (Silva, 2023, pp. 74–78).

3. A propriedade muda de mãos: breves notas biográficas dos novos donos do Sollar do Rêgo

Em 26 de novembro de 1934 é celebrado um contrato de compra e venda entre João José Ferreira Rêgo, representado pelo seu cunhado Adolfo Ribeiro Lima da Costa Azevedo, e Sir Roderic Harold Dalzell Henderson. Através de um artigo desenvolvido pelo *Diário de Braga*, com o título «Na realização de um grande melhoramento», sabe-se que Sir Roderic Harold Dalzell era um capitalista britânico que se deslocou a Portugal, mais concretamente à região do Minho, com o propósito de realizar investimentos.

O ato foi formalizado pelo bacharel formado em Direito, Filipe Augusto Noronha Freire de Andrade, com testemunho do Doutor Adolfo Ribeiro Lima da Costa Azevedo, morador na casa da Barroza, em Viana do Castelo. O contrato de promessa de compra e venda descreve a propriedade como sendo composta por três prédios rústicos[10], anteriormente adquiridos por João José Ferreira Rêgo em 1914: a) a Bouça Grande e a Bouça Pequena (ou Bouça de São Sebastião); b) um prédio identificado no livro B-Sete; e c) a Bouça da Portinha. O valor da venda foi de 165.000 escudos[11]. Artigos de jornais da época indicam que o novo proprietário ambicionava converter o edifício num hotel de luxo destinado a turistas abastados, tanto portugueses como estrangeiros. Este hotel, um dos primeiros do género no país, seria circundado por parques e jardins com grutas, lagos e mirantes. Na edição de 10 de março de 1935 do *Diário do Minho* é noticiada uma visita ao imóvel por parte de Alberto Cruz, então presidente da Comissão da Iniciativa de Turismo[12].

Apesar da visão ambiciosa de Sir Roderic, o projeto do Palácio Dona Chica não iria avançar, quedando-se em mais um arranque em falso. Em 26 de outubro de 1938, a propriedade foi vendida ao Dr. Alberto Torres Figueiredo e sua esposa, Dona Maria Constança dos Passos Furtado Pais Moreira Figueiredo. Residente na rua Heróis de Chaves, nº 549, na cidade do Porto, neste período, o casal era reconhecido pela sua proeminência regional, sendo proprietários influentes e detentores do Companhia

[10] Os antigos artigos 972 e 973 foram convertidos no artigo 765.

[11] ADB, Notarial de Braga, Telles Menezes. Livro n.º 142 A, fl. 18.

[12] «No Palácio de Palmeira foi oferecido ontem um Jantar ao Sr. Dr. Alberto Cruz». *Diário do Minho,* 1935, n.º 4718, 10 de maio de 1935, p. 1.

Figura 8. «Na realização do grande melhoramento», *Diário de Braga*



Diário de Braga

Na realisação de um grande melhoramento

Dissémos ha dias que, a nossa linda e progressiva cidade ia ter, por arrojada iniciativa de Sir Rodric Henderson, opulento capitalista britanico, um hotel de luxo quási exclusivamente destinado aos argentarios estrangeiros e aos ricos da nossa nacionalidade.

E' por assim dizer a edificação, ideal, de um precioso reducto de beleza e confôrto para todos aquêles que a fortuna bafejou e que sabem sufrir os gôsos da vida nas paragens deslumbrantes que enriquecem a linda terra portuguesa e da qual o Minho e Braga são ferteis, seduzindo, atraindo e prendendo os que uma vez as possam visitar e vêr.

O «Palacio Rêgos que foi adquirido para ser convertido no projectado hotel, levanta-se numa eminencia dominadora da um fantastico panorama e é de uma construção de beleza admirável como o são aliás as obras delineadas por êste génio artista e original de Ernesto Corrodi, o eminente arquitecto que glorificou a nossa Escola Industrial e que hoje honra e dignifica a Escola Industrial de Leiria.

E' uma formosa edificação que nos dá a ideia dum magestoso castelo medieval construido em ciclcuit para residencia de grandes senhoras e de nababos opulentos e de exigencias caprichosas.

Uma vez concluidas as grandes obras de adaptação que serão operadas conforme todas as exigencias das mais recentes e luxuosas construções hoteleiras, as suas portas serão abertas á concorrencia da clientela endinheirada do estrangeiro, depois de uma intensa e bem ordenada propaganda nos centros populosos e nas camadas previlegiadas das cidades europeias e norte-americanas.

Para isso já se trabalha com desusada actividade e as noticias lançadas a lume nos jornais do nosso país, estão a ser repercutidas, como écos sensacionais e estrondosos, nas fôlhas de tiragem colossal do estrangeiro.

Não, é como se vê, um acontecimento banal, sem interêsse nem importancia para o nosso país e, sobretudo, para a formosissima região do Minho lindo e da nossa remoçada e progressiva cidade.

Do valôr da grande e ousada iniciativa estamos nós já colhendo benéficos frutos.

Um alto funcionario inglês que no nosso país reside e que frequentes vezes visita a nossa cidade e se demora na encantadora estancia do Bom Jesus do Monte, manifestou desejos a alguem da nossa terra de possuir aqui uma propriedade onde construisse a sua residencia de verão.

O assunto vai interessando não só a população do nosso meio mas a imprensa nacional e estrangeira e os grandes homens de dinheiro e negocios de Portugal e da opulenta Inglaterra.

Estamos pois em frente de um acontecimento colossal que muito póde e há-de influir na prosperidade, valorização e riqueza local.

Fonte: Arquivo Distrital de Leiria, PT-ADLRA-PSS-EKO-B-004-00002, ADRLA.

Fabril do Cávado[13]. A família de Alberto Torres Figueiredo era natural da região do Porto e proprietária de várias quintas, entre elas destaca-se a Quinta de São José, propriedade que confronta com o Palácio Dona Chica e que aparece mencionada no contrato de compra e venda do edifício, entre João José Ferreira Rêgo e Roderic Harold Dalzell Henderson[14].

A concretização do contrato de compra e venda foi realizada pelo Notário Bacharel formado em Direito, Filipe Augusto de Noronha Freire de Andrade. Harold Dalzell Henderson foi representado por seu advogado, Albert Hungh Reynalds. Conforme a descrição do contrato de promessa de compra e venda, o «Palácio do Rêgo» era descrito como sendo uma «morada de casas ainda em construção e parque». A propriedade foi vendida pelo valor de 70 mil escudos.

Em 22 de Dezembro de 1950, com o falecimento do Dr. Alberto Torres Figueiredo, a titularidade do imóvel transitou para a sua esposa, Dona Maria Constança Figueiredo, que, à época, residia na Rua Dom João IV, nº 549, na cidade do Porto[15].

As transferências de titularidade das propriedades continuaram nas décadas seguintes. Em 13 de janeiro de 1976, António dos Pais Moreira, residente na rua de Santa Bárbara, nº 97, Vila Nova de Gaia, adquiriu o palácio por 2.100.000 escudos[16]. Oito anos depois, em 9 de agosto de 1984, a propriedade é novamente vendida, desta

[13] Arquivo Distrital de Braga (doravante ADB). Notarial de Braga, Freire de Andrade. Livro n.º 156 A, fl. 92.

[14] ADB, Notarial de Braga, Telles Menezes. Livro n.º 142 A, fl.18.

[15] Sexto Cartório Notarial do Porto (doravante CNP), Livro nº 48D, do notário Dr. Paulo de Brito.

[16] Arquivo Distrital de Braga (doravante ADB), 2º Cartório da Secretaria Notarial. Livro n.º 40 D, fl. 12.

feita a Francisco Joaquim Alves Carvalho de Macedo e sua esposa Maria Clara Castro Rocha Carvalho de Macedo, pelo valor de 900.000 escudos. O casal, que vivia sob o regime de separação de bens, residia no Hotel Mirassol, Arcozelo, Vila Nova de Gaia[17].

Uma análise da imprensa da época revelou que esta transação suscitou contestação por parte da Junta de Freguesia de Palmeira, que, à data, se encontrava em processo negocial com vista à aquisição da propriedade. De acordo com o *Correio do Minho*, na sua edição de 23 de julho de 1984, o novo proprietário do Palácio Dona Chica, Dr. Francisco Joaquim Alves Macedo, que havia adquirido o imóvel nesse ano, teria iniciado obras não autorizadas, descritas como «negociatas», e cuja finalidade seria o loteamento do espaço. O projeto de Macedo implicaria a descaracterização total do imóvel e da mata envolvente. Segundo a memória descritiva elaborada por Paulo Tonet, o Dr. Francisco Joaquim Alves Macedo teria realizado obras no interior do imóvel sem qualquer plano de recuperação aprovado, numa tentativa de resgatar o ideal estético concebido pelo projeto inicial de Ernesto Korrodi, uma tentativa que se revelou infrutífera. O pouco que restava dos elementos decorativos anteriores foi destruído, principalmente ao nível da cerâmica (azulejos, tijoleiras e telhas), não subsistindo quaisquer vestígios que permitam, em futuras intervenções, a preservação das características originais do edifício[18].

De acordo com o testemunho do então presidente da Junta de Freguesia de Palmeira, Manuel Vieira, encontrava-se a decorrer, nesse período, o processo de classificação do imóvel como monumento de interesse público. Face à situação, Manuel Vieira iniciou um processo de expropriação. Conforme referido no mesmo artigo, «o autarca entregou um ofício endereçado à Câmara Municipal, no qual a autarquia afirma que "mantém o propósito de levar a bom termo a aquisição do imóvel", tal como, aliás, já disso dera conhecimento em anteriores ofícios». Ainda segundo as palavras do presidente da Junta, havia um entendimento generalizado entre a população e os seus representantes autárquicos de que uma eventual transformação da zona verde envolvente em loteamento comprometeria seriamente o enquadramento paisagístico, retirando-lhe o valor estético e patrimonial. Nesse sentido, foi feito um apelo direto à Câmara Municipal para que desse seguimento ao processo de expropriação, procedendo ao contacto formal com o novo proprietário, Dr. Francisco Joaquim Alves Macedo[19].

[17] 3.º Cartório Notarial do Porto (doravante 3.º CNP), Livro nº 19 - G, fl. 63.

[18] Arquivo Urbanístico da Câmara Municipal de Braga (doravante AUCMB), Parte do Processo 12237/2004, Memória Descritiva.

[19] «Em Palmeira, Castelo D. Chica está a ser alvo de Negociatas», *Correio do Minho*, 1984, n.º 865, 23 de julho de 1984, p. 3.

Figura 9. Fotografia do edifício antes da intervenção do IPALTUR



Fonte: Arquivo Urbanístico de Braga, Parte do Processo N.º 12287-2004 Palácio Dona Chica.

4. A compra do Palácio pela Junta de Freguesia de Palmeira e o contrato de arrendamento celebrado com a IPALTUR

Após a compra do imóvel por parte da Junta de Freguesia, liderada por Manuel Vieira, e sendo esta incapaz, por falta de recursos, de o proteger e recuperar, este órgão de poder local decidiu abrir um concurso com o intuito de atrair investimento privado. Em 15 de abril de 1988, o edifício foi arrendado à sociedade anónima IPALTUR com o propósito de o adaptar, bem como à sua envolvente, a um empreendimento de animação turística e hoteleira. A Junta de Freguesia, já na qualidade de locador, ficou responsável pela assinatura de qualquer documento necessário à realização de obras, incluindo projetos, estudos, análises económicas, entre outros elementos relevantes para a concretização do empreendimento. Com base no orçamento da obra apresentado por Paulo Tonet, estimava-se que o custo da intervenção rondaria os quinze milhões de escudos. Ainda que a empresa tenha tentado intervir sem descaracterizar o imóvel e a sua envolvente, procurando reforçar a imagem de «habitação nobre» preconizada pelos proprietários originais, a intervenção realizada acabou por introduzir elementos modernos, como foi o caso do elevador[20].

No período aqui analisado, o Palácio Dona Chica encontrava-se organizado em cinco espaços distintos: 1.º piso (cave), 2.º piso (rés-do-chão), 3.º piso, sótão e área externa. Cada um destes espaços tinha uma funcionalidade específica, adequada ao projeto de animação turística e hotelaria em desenvolvimento. O 1.º piso, cor-

[20] AUCMB, Parte do Processo 12237/2004, Memória Descritiva.

respondente à cave, compreendia um salão de baile, um bar (situado numa zona de transição entre o exterior e o interior) e uma cozinha instalada numa ala com acesso direto ao exterior, de forma a evitar o cruzamento entre convidados e trabalhadores do espaço. Nas imediações da cozinha, localizavam-se os vestiários do pessoal de serviço, a copa, a lavandaria, os sanitários destinados ao pessoal, e o armazém de taras[21]. No total, este piso possuía uma área de 563,05m^2. O 2.º piso (rés-do-chão) era reservado às funções de restauração e lazer, sendo aí servidas as refeições e realizados momentos de dança. Contava com uma entrada principal, um bar, uma sala de estar, receção e vestiários, sanitários masculinos e femininos, sala de refeições, copa, terraço e escadas de acesso ao 1.º e 3.º pisos, ocupando uma área de 579,40m^2. O 3.º piso, com uma área de 503,23m^2, funcionava como um espaço polivalente, contemplando uma sala de leitura e uma sala de conferências/congressos, ocasionalmente utilizada para pequenas apresentações musicais. Toda a zona contígua ao bar de apoio a este piso destinava-se à realização de exposições[22]. O sótão, com 370,21m^{2,} estava vocacionado para exposições permanentes de arte popular, numa evocação ao sótão tradicional onde se guardam velharias. Os restantes compartimentos ficavam reservados para o uso exclusivo dos proprietários do palácio. A área total do imóvel ascendia a 2.015,81m^2.

Em 1991, foi solicitada uma licença ao Gabinete de Salvaguarda e Revitalização do Centro Histórico de Braga para a construção de um parque de estacionamento. De acordo com a memória descritiva de Paulo Tonet, as telhas encontradas foram assinadas pelo próprio projetista Ernesto Korrodi, enquanto as janelas foram construídas em madeira e ferro, demonstrando uma dualidade de materiais. O projeto de intervenção pretendia conservar a traça original do edifício e da sua envolvente, evitando qualquer descaracterização e entre os materiais utilizados destacam-se o mármore de lioz, a pedra de ançã, madeiras, marmorite, gesso e azulejos, estes últimos aplicados em conformidade com os sanitários apresentados no projeto original[23]. O imóvel foi ainda dotado de equipamentos modernos, como foi o caso de ar condicionado em todos os compartimentos, elevador hidráulico entre o 1.º piso e o sótão, monta-travessas entre o 1.º e o 2.º piso, um sistema completo de combate a incêndios, extintores e telefone público em todos os pisos.

O exterior do palácio foi todo ele revestido a cantaria. As obras procuraram preservar a arquitetura original do edificado, evitando elementos dissonantes que acabassem por descaracterizar o imóvel. As caixilharias exteriores foram renovadas devido ao seu estado avançado de deterioração, com exceção de duas portas no 2.º piso. As portas foram pintadas a «sangue-de-boi», excetuando as da entrada. As telhas foram substituídas por outras semelhantes e os tubos de queda de águas plu-

[21] Local destinado ao armazenamento de produtos alimentícios.
[22] Este piso encontrava-se equipado com escadas e dava acesso ao sótão, torreão e terraço.
[23] AUCMB, Parte do Processo 12237/2004, Memória Descritiva.

viais e os ferros exteriores foram igualmente renovados e pintados. A mata envolvente foi preservada e limpa. Foram também recriados bancos e candeeiros em ferro forjado ao longo do percurso pedonal que circundava o lago. O lago e a gruta foram limpos, os muros de alvenaria e granito foram repostos e foi construída uma «ponte veneziana»[24]. Segundo Tonet, a norte do palácio seria edificado um auditório com capacidade para 1600 pessoas, este auditório destinar-se-ia à realização de espetáculos ao ar livre (teatro, recitais, etc.). Na base do auditório, Tonet pretendia instalar sanitários públicos acessíveis a todo o imóvel[25].

Apesar de um período promissor, o empreendimento turístico acabou por entrar em falência, desencadeando uma longa batalha judicial. A Caixa Geral de Depósitos, um dos principais credores, detinha uma hipoteca de 461 mil contos sobre o imóvel, que até então era gerido por Joaquim Costa, do IPALTUR. Notícias da época revelam que, com a falência desta sociedade anónima, Joaquim Costa, cheio de dívidas, fugiu para parte incerta. Perante este cenário, a Junta de Freguesia de Palmeira e a Associação dos Amigos do Palácio Dona Chica[26], fundada por iniciativa de Manuel Vieira, procuraram evitar a perda do imóvel através da negociação da dívida com a Caixa Geral de Depósitos[27]. De acordo com um artigo publicado pelo jornal *Comércio do Porto*, havia sido acordado um adiamento da hasta pública, mediante o pagamento inicial de seis mil contos, com vista à negociação da dívida de 150 mil contos contraída pela empresa IPALTUR, arrendatária do palácio[28]. Este processo acabou por ser agravado pelo trespasse não autorizado do imóvel, realizado por Joaquim Costa à empresa Veloso — Empreendimentos Turísticos e Residenciais, em novembro de 1992. Este trespasse acabou por ser contestado judicialmente pelos credores e pela própria empresa Veloso — Empreendimentos Turísticos e Residenciais, que alegou nunca ter recebido os 800 mil contos mencionados no contrato[29]. O caso culminou numa ação judicial no Tribunal Judicial de Braga, iniciado em 18 de novembro de 1992, estando em causa a eventual anulação do trespasse. Joaquim Costa acabou por desaparecer, sendo mais tarde localizado no Gerês, onde foi detido no ano de 1993[30]. A 13 de dezembro de 1994 é executada a penhora do imóvel. Para garantir a quantia de 228.122.697 escudos, o executante, a Caixa Geral de Depósitos, exigia o pagamento aos executados, Junta de Freguesia de Palmeira, Joaquim Gomes da Silva Costa (gestor do IPALTUR)[31], e sua esposa, Júlia Maria Ferreira Leite da Silva Costa. No

[24] O termo aqui empregue foi utilizado por Paulo Tonet, na memória descritiva do imóvel, e remete para uma ponte cujo desenho é inspirado nas pontes de Veneza.

[25] AUCMB, Parte do Processo 12237/2004, Memória Descritiva.

[26] A associação Amigos do Palácio D. Chica corresponde atualmente à associação Katavus, tendo por pilares a valorização do património, a defesa do ambiente e a promoção da cultura no Vale do Cávado.

[27] J.P. «Palácio Dona Chica nas mãos da CGD». *Público*, 1993, n.º 1339, 5 de novembro de 1993, p. 26.

[28] «Adiada hasta pública do Palácio Dona Chica». O Comércio do Porto, 1996, n.º 118, 27 de setembro de 1996, p. 9.

[29] *Público*, 5 de novembro de 1993, p. 26.

[30] *O Comércio do Porto*, 27 de setembro de 1996, p. 9.

[31] 1ª Conservatória do Registo Predial de Braga (doravante 1ª C.R.P), Descrições, Averbamentos, Anotações.

ano de 1998, o imóvel deixa de pertencer à Junta de Freguesia de Palmeira e passa para a tutela da Caixa Geral de Depósitos, situação em que permaneceu até ao ano de 2005[32].

5. Uma casa senhorial no século XXI: proprietários, projetos e encruzilhadas

Após sete anos nas mãos da Caixa Geral de Depósitos, o imóvel foi vendido, no ano de 2005, à empresa P.M.A — Construções e Imobiliário, Lda., representada por João da Silva Campos, empresário residente na Póvoa de Varzim. Apesar de, numa fase inicial, haver a expectativa de que este pudesse ser um novo começo para o imóvel, as esperanças alimentadas não foram correspondidas. O processo 12287/2004, disponível para consulta no Arquivo Urbanístico da Câmara Municipal de Braga, integra alguns documentos referentes a este período. Nele podemos identificar autos de embargo, emitidos em 16 de maio de 2005, referentes à construção de um pavilhão e de anexos, ainda em estrutura metálica, isentos de paredes cobertas, praticamente concluído. Aí encontramos também uma carta dirigida pelo Instituto Português do Património Arquitetónico, datada de 1 de junho de 2005, ao então presidente da Câmara Municipal de Braga, com o intuito de alertá-lo relativamente aos edifícios que estavam a ser construídos na zona de proteção do palácio e que não possuíam qualquer tipo de licenciamento[33]. No mesmo ano, foi apresentado um pedido à Divisão de Fiscalização e Licenciamentos para construir um pavilhão no lado nascente e restaurar os anexos existentes; porém, o pedido foi recusado[34].

Após mais de 10 anos em estado de abandono, durante os quais foi protegido por vidros colocados nos muros e portas lacradas, a empresa P.M.A. – Construções e Imobiliário decidiu vender o palácio à empresa Magalhães & Rocchio, Lda., com sede na Rua Navidó, nº 766, Cossourado, Barcelos.

Figura 10. Exterior do Imóvel



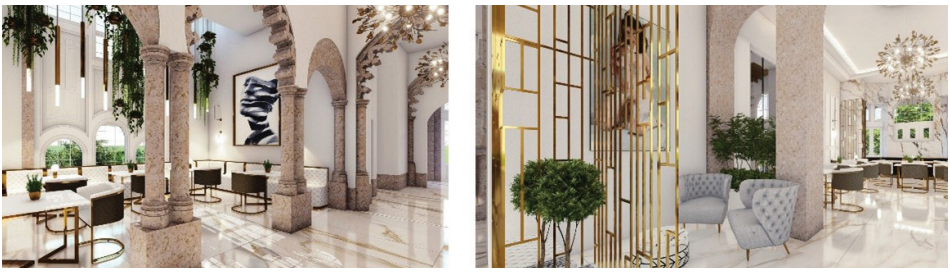
Fonte: Fotografia pessoal.

[32] «Katavus e Aspa chamam a atenção para a salvaguarda do património», *Correio do Minho*, 2015, 17 de outubro de 2015, p. 10.

[33] AUCMB, Parte do Processo 12237/2004, Memória Descritiva.

[34] *Idem*, Memória Descritiva.

Figura 11. Pormenores em 3D da reabilitação do Palácio da Dona Chica



Fonte: Atelier Arquitetura e Engenharia.

Atualmente, o edifício está a ser alvo de obras de conservação e restauro, tendo em vista a sua transformação num hotel de charme de cinco estrelas. O projeto está sob a responsabilidade do Atelier Arquitetura & Engenharia, localizado na Rua Dr. João Macedo da Cunha 10, Vila Verde, Braga. Conforme informado, o plano manterá a fachada existente, uma vez que o imóvel é classificado como Monumento de Interesse Público. No entanto, as caixilharias e as coberturas serão reconstruídas, mantendo a identidade das originais. Segundo o projeto apresentado pelo Atelier, sabe-se que o imóvel passará a estar dividido em quatro pisos. No piso 1, encontrar-se-ão a receção, um bistrô, projetado com duas salas, um espaço dedicado à experimentação gastronómica e à cozinha de autor, apoiadas por uma área exterior de *lounge*. Este andar será ainda equipado com um elevador panorâmico que permitirá o acesso ao restaurante superior e às suítes.

Já o segundo piso, por ser aquele que mantém um melhor estado de conservação, tendo em conta os elementos pré-existentes em pedra, tais como arcos, colunas, lareiras, escadas e tetos, será mais fácil de preservar e aquele que melhor irá manter a identidade original do edifício. Neste andar encontraremos um restaurante dedicado à gastronomia regional ou à-la-carte e ao serviço das refeições dos hóspedes do hotel. Esta área de estar será um espaço pensado para deslumbrar o visitante com uma arquitetura eclética de estilo romântico. O terceiro e o quarto pisos do palácio estarão destinadas a unidades de alojamento. A decoração seguirá o traçado da arquitetura original, apresentando a qualidade e o luxo do empreendimento (Atelier Arquitetura & Engenharia, n.d.).

Conclusão

À luz da investigação aqui desenvolvida, compreende-se que o objetivo principal deste estudo consistiu no delineamento da trajetória do Palácio Dona Chica, exemplar único de uma arquitetura revivalista do início do século XX, bem como da história dos seus proprietários, e dos projetistas envolvidos, desde os desenhos originais até aos sucessivos projetos de restauro ao longo dos mais de cem anos.

Embora este palácio apresente uma arquitetura de erudição e não se enquadrar plenamente na tipologia padrão das casas de brasileiros torna-viagem, partilha algumas características afins a esse tipo de edifícios. Desde logo, afirma-se pelo desejo de ostentar a ascensão social e de demonstrar uma afirmação identitária, característico nas casas de brasileiros torna-viagem, que se caracterizam pelas suas grandes dimensões, elementos decorativos exuberantes, através da arte nova, do revivalismo, e do ecletismo, presente tanto nos seus arcos, como nas suas janelas e no uso de espécies exóticas nos jardins.

À semelhança do caso da Quinta da Regaleira, cuja trajetória também foi marcada por diversas vicissitudes[35], o Palácio Dona Chica insere-se numa idealização quase mítica, onde a arquitetura serve de palco ao imaginário. Neste sentido, podemos considerar as influências neomanuelinas do Palácio Dona Chica, no contexto do revivalismo maniniano. Tal como Luigi Manini concebeu a Quinta da Regaleira enquanto obra de arte total, também Ernesto Korrodi concebeu o Palácio Dona Chica como uma composição integrada de arquitetura, artes decorativas e paisagem (Pazos, 2023, p. 88).

O edifício representa, assim, a materialização parcial de propostas anteriores de teor historicista, nomeadamente os seus projetos de «Habitação Nobre de Provincia». O desenho revela ainda as influências das correntes das Arts and Crafts e da Arte Nouveau, presentes na organização dos interiores e nos espaços ajardinados (Pazos, 2023, p. 92).

Ambos os imóveis constituem projetos de difícil concretização, uma vez que servem a exuberância e não a funcionalidade. No caso da Quinta da Regaleira, podemos observar um modelo interessante, uma vez que a aquisição por parte da Câmara Municipal de Sintra e posterior integração na principal empresa responsável pela gestão patrimonial e cultural de Sintra, a fundação CulturSintra, contribuiu para a valorização pública do edifício, garantindo a sua preservação, e devolvendo-o à comunidade[36].

Um exemplo adicional à Quinta da Regaleira, é o caso da Torre de Gomariz — um

[35] No ano de 1892, a Quinta da Regaleira havia sido vendida a António Augusto Carvalho Monteiro. Nesse período, o arquiteto responsável pela obra, Luigi Manini, interveio em quatro hectares da quinta, projetando grutas, lagos, edifícios enigmáticos e jardins luxuriantes, carregados de simbologia alquímica. Já no ano de 1942, a quinta é vendida a Waldemar D'Orey, que contratou dois importantes arquitetos, Luís Couto e António Lino, que acabaram por intervir no interior da casa, eliminando alguns elementos decorativos iniciais. Em 1988, a quinta é novamente vendida a um grupo japonês, a Aoki Corporation, que manteve o espaço encerrado, deixando apenas um caseiro a guardá-lo. É apenas no ano de 1997 que a Câmara Municipal de Sintra adquire a propriedade, passando a ser gerida pela CulturSintra.

[36] No ano de 1998, a Quinta da Regaleira ganhou o Prémio Nacional de Património Histórico.

edifício classificado como monumento de interesse público, localizada na freguesia de Cervães, que desde o ano de 2015, desempenha as funções de hotel de charme de cinco estrelas, e que apostou na combinação entre a conservação, a adaptação e a integração de novas infraestruturas, conferindo-lhe um enquadramento paisagístico ao mesmo tempo que desempenha uma função económica viável.

Embora a transformação do Palácio Dona Chica num hotel de charme não retome integralmente a natureza do projeto original, tal iniciativa pode, se bem enquadrada, assegurar a sua preservação física, a manutenção da sua memória histórica e a reintegração do espaço na comunidade de acolhimento, contribuindo para o seu desenvolvimento. Contudo, é necessário haver um equilíbrio entre a rentabilidade e a responsabilidade social. O reconhecimento das diferentes camadas históricas contribui para a identidade do imóvel. A sua originalidade não reside apenas no projeto apresentado por Ernesto Korrodi, mas pela sua acumulação de significados, que deve ser preservada.

Fontes e Bibliografia

Atelier Arquitetura & Engenharia. (n.d.). *Palácio Dona Chica*. Recuperado em 30 de março de 2025, de https://atelier.pt/portfolio-items/palacio-dona-chica/#

Correia, M. (1977). *Palmeira Antiga e Moderna. Homenagem ao seu Pároco rev. P. e José Maria Vieira da Costa nas Bodas de Ouro Paroquiais*. Oficinas Gráficas da Livraria Cruz.

Costa, L. V. (1997). *Ernesto Korrodi, 1889–1944, Arquitetura, ensino e restauro do Património*. Editorial Estampa.

KATAVUS. (2021). *Katavus - Associação Ambiental e Cultural, Valorização do Património Defesa do Ambiente e Promoção Cultural*. Recuperado de htt://katavus.blogspot.com/p/a-katavus.html

Matozzi, M. (2016). *Portugueses Torna-viagem, A representação da emigração na literatura* [Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra]. Repositório Científico da Universidade de Coimbra.

Moure Pazos, I. (2023). El Palácio de Dona Chica de Ernesto Korrodi: Majestosa Ruina cultural. *Accadere. Revista de Historia del Arte, 5,* 85–95.

Oliveira, M. G. (2009). Ernesto Korrodi, percurso de vida e a sua presença na cidade da Covilhã. *Monumentos*, (29), p. 29.

Ordem dos Advogados. (1941). B) Brasileira. *Revista da Ordem dos Advogados*, *2*(4), Capítulo 36. Recuperado de https://historia.oa.pt/wp-content/uploads/2021/10/1941-Vol.-II-Ano-1-No-4-Capitulo-36.pdf

Palácio Dona Chica. (n.d.). *Palácio Dona Chica*. Recuperado em 10 de maio de 2025, de https://www.palaciodonachica.pt/

Pereira, M. C. M. (2000). Os brasileiros de torna-viagem no Noroeste de Portugal. Em A. M. Rodrigues (Ed.), *Os brasileiros torna-viagem no Noroeste de Portugal – Entre Portugal e o Brasil, ficções e realidades* (p. 214). Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. http://hdl.handle.net/10216/53944

Raposo, I. (2013). A urbanização da paisagem rural e o papel das casas dos emigrantes. Em P. Cardoso (Ed.), *Paisagem e património: Aproximações pluridisciplinares* (pp. 167–193). Dafne Editora.

Santos, E. (2000). Os brasileiros de torna-viagem no Noroeste de Portugal. Em A. M. Rodrigues (Ed.), *Os brasileiros torna-viagem no Noroeste de Portugal – Entre Portugal e o Brasil, ficções e realidades*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/53996

Silva, C. F. P. (2023). *Sollar do Rêgo: Uma viagem ao longo dos tempos de 1915 à contemporaneidade* [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. RepositoriUM. https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/85044

SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitetónico. (n.d.). *Castelo de D. Chica/Castelo de Palmeira/Castelo Villa Rêgo*. Recuperado em 24 de fevereiro de 2025, de http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?ID=766

SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitetónico. (n.d.). *Paço de Palmeira*. Recuperado em 10 de março de 2025, de http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?ID=23989

Tavares, D. (2015). *Casas de brasileiros: Erudito e popular na arquitetura dos torna-viagem*. Dafne Editora.

Teixeira, J. M. (2018). *Arquiteto Ernesto Korrodi, Vi(n)da e obra. (Vols. I–II)* [Dissertação de Mestrado, Universidade Fernando Pessoa].

Viterbo, S. (1904). *Dicionário histórico e documental dos arquitetos, engenheiros e construtores portugueses* (p. 46). Imprensa Nacional.